



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 13830.722700/2012-70
Recurso nº Voluntário
Resolução nº 1402-000.303 – 4^a Câmara / 2^a Turma Ordinária
Data 05 de março de 2015
Assunto JULGAMENTO CONJUNTO - EXCLUSÃO DO SIMPLES
Recorrente MD CRED - INFORMAÇÕES CADASTRAIS LTDA. - ME
Recorrida FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os membros do colegiado, por unanimidade de votos, sobrestrar o julgamento até que seja distribuído ao relator o processo 13830.722759/2012-68 para julgamento em conjunto, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Ausentes momentaneamente os Conselheiros Frederico Augusto Gomes de Alencar e Carlos Pelá. Participou do julgamento a Conselheira Maria Elisa Bruzzi Boechat.

(assinado digitalmente)
LEONARDO DE ANDRADE COUTO - Presidente

(assinado digitalmente)
FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO – Relator

Participaram da sessão de julgamento os Conselheiros: Carlos Mozart Barreto Vianna, Carlos Pelá, Fernando Brasil de Oliveira Pinto, Moisés Giacomelli Nunes da Silva, Leonardo de Andrade Couto e Paulo Roberto Cortez. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Frederico Augusto Gomes de Alencar.

Relatório

MD CRED - INFORMAÇÕES CADASTRAIS LTDA. - ME recorre a este Conselho em face do acórdão nº 01-28.081 proferido pela 1ª Turma da DRJ em Belém que julgou improcedente a impugnação apresentada, pleiteando sua reforma, com fulcro no artigo 33 do Decreto nº 70.235, de 1972 (PAF).

Por bem retratar o litígio, adoto o relatório da decisão recorrida, complementando-o ao final:

I – DO LANÇAMENTO

Trata-se de auto de infração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), de Programa de Integração Social (PIS), de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de Contribuição para o Financiamento da Seguridade (Cofins), e de Contribuição Patronal Previdenciária, referente ao ano-calendário de 2008, com os lançamentos discriminados no quadro 1 a seguir (principal, multa e juros, calculados até 11.2012).

TRIBUTO	IMPOSTO- R\$	JUROS DE MORA- R\$	MULTA – R\$	TOTAL – R\$
IRPJ	77.798,52	31.560,02	58.348,83	167.707,37
PIS	54.807,11	22.235,89	41.105,25	118.148,25
COFINS	238.734,87	97.312,92	179.051,08	515.098,87
CSLL	77.906,03	31.755,05	58.429,44	168.090,52
CONT. PREVIDEN CIÁRIA PATRONAL	753.635,87	306.145,25	565.226,79	1.625.007,91
TOTAL				2.594.052,92

A impugnante tomou ciência do auto de Infração em 03/12/2012.(fls. 1341/1425).

II – DAS INFRAÇÕES LANÇADAS

2. A Empresa foi autuada pelas seguintes infrações à legislação tributária, a saber:

2.1 – OMISSÃO DE RECEITA

DEPÓSITO BANCÁRIO NÃO ESCRITURADO

Demonstramos abaixo os valores totais mensais que foram considerados para a constituição do crédito tributário que correspondem às receitas brutas omitidas pelo sujeito passivo no ano-calendário de 2008:

M/A	DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA	RECEITA BRUTA DECLARADA	RECEITA BRUTA OMITIDA
jan/08	69.968,44	5.959,69	64.008,75
fev/08	525.627,71	5.500,00	520.127,71
mar/08	280.447,20	5.853,91	274.593,29
abr/08	835.508,16	5.366,30	830.141,86
mai/08	748.127,26	5.473,32	742.653,94
jun/08	456.031,12	5.720,00	450.311,12
jul/08	942.985,02	5.726,34	937.258,68
ago/08	1.087.694,57	5.731,83	1.081.962,74
set/08	989.409,63	5.237,56	984.172,07
out/08	1.250.498,37	5.325,17	1.245.173,20
nov/08	1.017.473,75	5.546,70	1.011.927,05
dez/08	1.018.628,96	8.600,00	1.010.028,96
TOTAL	9.222.400,19	70.040,82	9.152.359,37

INSUFICIÊNCIA DE RECOLHIMENTO DE IRPJ, CSLL, COFINS, PIS, e de CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL.

III - DA IMPUGNAÇÃO

3 - Em 28/12/2012, a Empresa apresentou impugnação ao Auto de infração (fls. 1427/1974), e alega em síntese:

3.1 – DAS PRELIMINARES

3.1.1 – TEMPESTIVIDADE

Que a Impugnação é tempestiva;

3.1.2 – NULIDADE - DO CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA

- Na descrição dos fatos, incorreu-se em várias contradições e imprecisões;
- Somando as receitas de prestações de serviços já declaradas na Declaração de ajuste anual da empresa autuada, e os depósitos bancários e os considerou como renda, e depósito bancário não é renda, ademais a Fiscalização não descreveu nenhuma transação ou negociação que gerasse renda;
- É constitucional a quebra do sigilo bancário sem autorização judicial.

A fiscalização extrapolou qualquer limite de discricionariedade por obter informações por meio ilícitos, contrariando o art. 30, da lei 9.784/99.

Para este item a Impugnante menciona julgados judiciais;

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 01/04/2015 por FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO, Assinado digitalmente em 01/04/2015 por FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO, Assinado digitalmente em 02/04/2015 por LEONARD O DE ANDRADE COUTO

Impresso em 15/04/2015 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

3.2 – DO MÉRITO

- Além das atividades descritas no Contrato Social, a empresa trabalhava como correspondente bancário, recebendo títulos e boletos de cobrança, contas de água, energia elétrica, IPTU, telefone, etc...

O produto desses recebimentos era depositado inteiramente na conta da Impugnante no dia do recebimento e posteriormente repassado ao banco, no primeiro dia útil seguinte ou dia após, com o pagamento de juros.

- O Contribuinte juntou inúmeros documentos que comprovam a licitude de suas movimentações financeiras;

- Foi desprezado pela Fiscalização o fato da empresa Visão Empreendimentos Imobiliários S/C Ltda, diante de inúmeras dificuldades financeiras e, assim, impedida de movimentar valores em sua conta corrente, repassou à empresa Impugnante, seu contrato de correspondente bancário com o Banco Santander;

- Resta comprovado na DIMOB, a existência da movimentação apontada, e que estes valores, refletem as verdades dos fatos, que decorreria em nova fiscalização na Imobiliária Visão(ver documentação anexa):

*Todas as receitas decorrentes da locação e administração dos imóveis da empresa Visão Empreendimentos S/C Ltda. Foram regularmente registradas nas DIPJ e na DIMOB, e a remuneração que constitui a receita operacional da empresa são percentuais de 10% incidentes sobre valores dos aluguéis administrados.....
.....*

Portanto, a empresa impugnante não percebe qualquer remuneração pela administração dos valores de IPTU recebidos e repassados à Prefeitura Municipal de Tupã.

- Os valores de juros e honorários advocatícios, eram depositados na conta corrente da impugnante para serem repassados aos proprietários dos imóveis;

- Foi solicitado ao Banco Santander que apresentasse documentos, que comprovasse a relação negocial entre a empresa Visão S/C, e a impugnante através de depósitos de cheques na Conta do Banco do Brasil da Impugnante, e não foi atendido.

Solicitou a expedição de ofício ao referido banco para apresentar os documentos requeridos.

- Que grande parte da movimentação financeira foi proveniente de depósitos bancários e pagamento do sistema PagPerto, e inúmeros empréstimos feitos por um dos sócios da empresa com retorno imediato dos valores emprestados no final do dia;
- Não deveria considerar os depósitos bancários como receitas, sem a comprovação de qualquer variação patrimonial;
- Não seria coerente a Auditoria considerar que a Impugnante faturasse ou obtivesse rendimento exorbitante, e suas contas corrente apresentasse saldos devedores;
- A maioria dos depósitos foram oriundos de transferências de contas pertencentes à Impugnante, e de seu sócio diretor;

3.3 – DO PEDIDO DE DILIGÊNCIAS, E PERÍCIAS

Requer diligências:

.....inúmeros cheques foram emitidos pela Visão Empreendimentos Imobiliários S/C Ltda, Banco Santander, depositados na conta do Banco do Brasil, de titularidade da impugnante, conforme fazem prova as cópias dos emails em anexo, bem como inúmeros requerimentos dirigidos ao Banco Santander para apresentação de microfilmagem de tais títulos, simplesmente não foram apresentados nem, tampouco, justificados pela instituição financeira.

1 – a expedição de ofício ao Banco Santander, afim de apresentar perante esta entidade, os documentos requeridos para o justo abatimentos dos valores;

2 – para que seja ordenado aos Bancos Santander e Banco do Brasil de Tupã, que centamente oferecerá as informações em quais contas foram depositados os supra mencionados cheques;

Requer perícias:

.....Como já comprovado nessa impugnação, houve inúmeras incorreções e incongruências em planilhas numéricas apresentadas pela autoridade fiscal, o que não pode ser validade por Vossas Excelências, sem o deferimento uma perícia.

- A impugnante aponta os quesitos, e indica o Sr. LUIZ VIERA ROCHA, CRC nº ISP-051712/0/6 para atuar como perito da empresa.

- que todas as notificações sejam encaminhadas nas pessoas de MARCOS ROBERTO IGNÁCIO, OAB/SP 102.812, ou de RODRIGO IBANHES VIEIRA, ambos com endereço na Rua Caetés 805, centro, Tupã, SP, CEP 17.600-410, sob pena de nulidade;*
- Juntada de novos documentos;*
- 3.4 – A Impugnante, ao fundamentar seus argumentos, menciona decisões administrativas e judiciais.**

O contribuinte foi cientificado da decisão em 05 de março de 2014 (fl. 2030), apresentando recurso voluntário de fls. 2031-2084 em 05 de abril de 2014.

Em síntese, reafirma os argumentos de sua impugnação, requerendo a declaração de nulidade dos autos de infração em razão da ausência de intimação do contribuinte para informar qual sua opção de tributação após exclusão do Simples Nacional, e também pela ausência do “relatório circunstanciado” para emissão de Requisição de Informações sobre Movimentação Financeira a que alude o art. 4º, § 6º, do Decreto nº 3.724/2001. Ataca ainda a obtenção de extratos bancários diretamente pelo Fisco em afronta à Constituição Federal, citando recente precedente do STF a respeito do tema. Argui ainda a nulidade por ausência de diligências e perícias (cerceamento do direito de defesa), renovando seu pedido de perícia, com a indicação dos quesitos que entende cabíveis e indicando seu assistente técnico. No mérito, questiona o lançamento com base em depósitos bancários, requerendo o cancelamento da autuação. Subsidiariamente, requer a redução do valor lançado com base em percentual pactuado para prestações de serviços a que se referem determinados depósitos.

É o relatório.

Voto

Conselheiro FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO, Relator.

O recurso é tempestivo e preenche os demais pressupostos de admissibilidade. Dele, portanto, tomo conhecimento.

Os autos de infração lavrados são decorrentes da exclusão do contribuinte do Simples Nacional.

Assim, para que se julgue a presente exigência, faz-se necessário analisar se a tal exclusão se deu na forma exigida pela legislação.

Ocorre que tanto o processo de exclusão do Simples Nacional (13830.722759/2012-68), encontram-se nesta data aguardando distribuição para uma das câmaras/turmas da 1ª Seção do CARF.

Nesse contexto, voto por sobrestrar os presentes autos, aguardando que sejam distribuídos a esta turma o processo 13830.722759/2012-68 para que eu também o relate para futuro julgamento conjunto dos feitos.

(assinado digitalmente)

FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO – Relator